



Estado do Ceará
CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

**TERMO DE CONTRATAÇÃO
DIRETA**

TERMO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 2021.07.01.01-CMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO: TERMO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, INCISO II, DA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL ENGENHEIRO CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO DE ENGENHARIA, DESTINADO A CONTRUÇÃO DE ANEXO A CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE, COMPREENDENDO A CONTRUÇÃO DE 13 GABINETES DOS VEREADORES, COM LAVABO, BANHEIRO PCD E BANHEIRO SOCIAL BEM COMO, ACOMPANHAMENTO E FICALIZAÇÃO DA OBRA.

CONTRATADA: EDINALDO DA SILVA AZEVEDO.

VALOR TOTAL: R\$ 3.800,00



Estado do Ceará
CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE



AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Diante da necessidade da **CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL ENGENHEIRO CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO DE ENGENHARIA, DESTINADO A CONTRUÇÃO DE ANEXO A CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE, COMPREENDENDO A CONTRUÇÃO DE 13 GABINETES DOS VEREADORES, COM LAVABO, BANHEIRO PCD E BANHEIRO SOCIAL BEM COMO, ACOMPANHAMENTO E FICALIZAÇÃO DA OBRA.** Encaminho o presente processo, para adoção das providências cabíveis.

Informo que verifiquei e constatei junto ao setor financeiro a existência de recursos orçamentários para, o objeto a ser contratado, que estima-se no valor total de **R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais)**, a referida despesa correrá por conta da dotação Orçamentária nº **01.01. 01.031.0001.1.001-** Elemento de Despesa **3.3.90.36.00**, com recursos do Erário Municipal, encaminho o presente processo a Vossa Senhoria. Para as providências cabíveis.

PENTECOSTE-CE, 01 de julho de 2021.

Antonia Valdelice Braga Firmiano Pessoa
Presidente da Câmara Municipal de Pentecoste



Estado do Ceará
CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

TERMO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº. 2021.07.01.01-CMP

Trata o presente de processo da **CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL ENGENHEIRO CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO DE ENGENHARIA, DESTINADO A CONTRUÇÃO DE ANEXO A CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE, COMPREENDENDO A CONTRUÇÃO DE 13 GABINETES DOS VEREADORES, COM LAVABO, BANHEIRO PCD E BANHEIRO SOCIAL BEM COMO, ACOMPANHAMENTO E FICALIZAÇÃO DA OBRA.** Ofertado um valor total de **R\$ R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais)**, sendo conforme o Art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93 e suas demais alterações, que diz estar a Administração dispensada de proceder à licitação para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II, do Art. 23 da Lei nº. 8.666/93 e suas demais alterações, conforme decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018, ou seja, R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

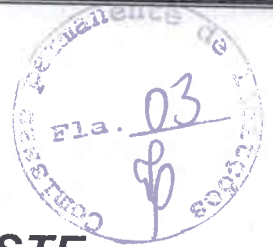
A presente dispensa de licitação encontra amparo legal no artigo 24, I, Art. 23, I da Lei de Licitações, e art. 1º, I do Decreto Nº 9.412, de 18 de Junho de 2018.

Lei nº 8.666/93

Art. 24 É dispensável a licitação: (...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:



Estado do Ceará
CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

O Decreto Federal 9.412/2018, publicado no Diário Oficial da União em 19 de Julho de 2018, atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Decreto nº 9.412/2018

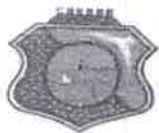
Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

II – para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite – até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

Conforme o Art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93 e suas demais alterações, a Administração é dispensada de proceder à licitação para serviços e compras de no valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a” do inciso I, do Art. 23 da Lei nº. 8.666/93 e suas demais alterações, ou seja, considerando o valor atualizado pelo decreto R\$ é dispensada licitação para serviço e compra até 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais)

O presente termo de contratação direta, encontra respaldo legal no dispositivo retro mencionado, e na supremacia do interesse público. Considerando que não há necessidade de realizar uma licitação uma vez que o preço total estimado para contratação do objeto em questão é inferior ao limite previsto para licitar. Assim sendo enquadra-se nos motivos legais para dispensa de Licitações conforme Inciso II do Art. 24, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.



Estado do Ceará
CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

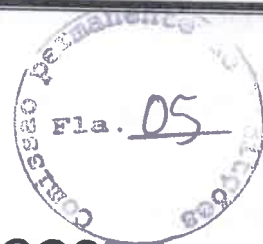


Para atender o objeto em questão foi realizada pesquisa de preços com três empresas cujo os dados está acostado ao presente processo, ressaltando que a referida pesquisa foi realizada em site especializado.

Posteriormente foi consultada a disponibilidade de fornecedores capazes de atender o objeto em questão, sendo que EDINALDO DA SILVA AZEVEDO enviou proposta que atende a necessidade da contratação e com esse valor de R\$ R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), dentro do valor de mercado.

Pentecoste-CE, 01 de julho de 2021.

Antonia Valdelice Braga Firmiano Pessoa
Presidente da Câmara Municipal de Pentecoste



Estado do Ceará
CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

ANEXO I

COTAÇÕES DE PREÇOS



ANEXO I

CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

PESQUISA DE PREÇO Nº 202107010002 | IP: 45.70.251.28

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL ENGENHEIRO CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO DE ENGENHARIA, DESTINADO A CONTRUÇÃO DE ANEXO A CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE, COMPREENDENDO A CONTRUÇÃO DE 13 GABINETES DOS VEREADORES, COM LAVABO, BANHEIRO PCD E BANHEIRO SOCIAL BEM COMO, ACOMPANHAMENTO E FICALIZAÇÃO DA OBRA.

ITEM	FABRICAÇÕES	CNPJ/CPF	ENDEREÇO	CNPJ/CPF	ENDEREÇO	CEP	UF	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	MODALIDADE
1	FIDUCIA SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA	29.262.521/0001-07	RUA ENGENHEIRO ROMALDO DE CASTRO BARBOSA 534 - PARQUE MANIBUBIRA	08598278414	Jaguariara / CE	2021043001-TP	NAO	3.500,00	Tomada de Preços	
	EUGENIA FERNANDA PEREIRA FEITOSA ME	31.570.478/0001-80	RUA MAMOEL SILVA, 17 CENTRO	88988030190	Granjeiro / CE	TP2020.02.04.01	NAO	4.000,00	Tomada de Preços	
	CN3 ENGENHARIA LTDA	15.120.558/0001-88	RODOVIA CE 060 KM 72 CE.BULANDEIRA 1.CEP62750000,Aracoiaba,CE	85999890101	Mubungu / CE	003/2021 TP	NAO	4.400,00	Tomada de Preços	
	D M DA SILVA SERVICOS E CONSTRUCOES ME	23.834.621/0001-76	RUA ANTONIO WEIMA FERNANDES BEZERRA, 679 ALOISIO DIOGENE		Jaguaripe / CE	2021032601-TP	NAO	3.800,00	Tomada de Preços	

ITEM	QUANT.	UND	ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS/SERVICOS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	METODOLOGIA
1	1.00	Unidade	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL ENGENHEIRO CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO DE ENGENHARIA, DESTINADO A CONTRUÇÃO DE ANEXO A CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE, COMPREENDENDO A CONTRUÇÃO DE 13 GABIN	3.925,00	3.925,00	Média

VALOR TOTAL R\$ 3.925,00

PENTECOSTE / CE, 1 DE JULHO DE 2021

Antonio Leonardo Sales dos Santos Barros

ANTONIO LEONARDO SALES DOS SANTOS BARROS
PRESIDENTE DA CPL



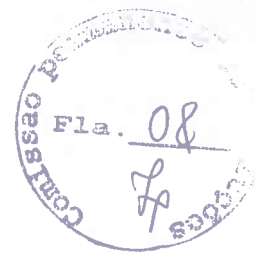
CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE
PESQUISA DE PREÇO N° 202107010002 | IP: 45.70.251.28



ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

ITEM 1: CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL ENGENHEIRO CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO DE ENGENHARIA, DESTINADO A CONTRUÇÃO DE ANEXO A CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE, COMPREENDENDO A CONTRUÇÃO DE 13 GABIN

CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL ENGENHEIRO CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO DE ENGENHARIA, DESTINADO A CONTRUÇÃO DE ANEXO A CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE, COMPREENDENDO A CONTRUÇÃO DE 13 GABINETES DOS VEREADORES, COM LAVABO, BANHEIRO PCD E BANHEIRO SOCIAL BEM COMO, ACOMPANHAMENTO E FICALIZAÇÃO DA OBRA.



JUSTIFICATIVA

Cabe aqui destacar que as contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório ou de contratação direta, devem ser precedidas de pesquisa de preços. Tanto a Lei no 8.666/93 (art. 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II) quanto a Lei no 10.520/02 (art. 3º, inc. III) exigem a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração.

Todavia, nenhum desses diplomas legais determina como deve ser realizada essa estimativa, razão pela qual, a Administração, habitualmente, se vale de três orçamentos solicitados a fornecedores que atuam no ramo da contratação. Essa prática decorre da praxe administrativa e da orientação consolidada na jurisprudência por alguns órgãos de controle.

Em 2013, a orientação da Corte de Contas Federal demonstrava seguir outro rumo. No Acórdão no 868/2013 - Plenário, o Min. Relator concluiu que "para a estimativa do preço a ser contratado, é necessário consultar as fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado" ou seja, o "decisium" reconheceu, em certa medida, a insuficiência da pesquisa de preços realizada, unicamente, com base nos orçamentos fornecidos pela iniciativa privada.

Na mesma ocasião, o relator indicou alguns exemplos de fontes alternativas de pesquisa, se valendo do Voto proferido no Acórdão no 2.170/2007 - Plenário: "Esse conjunto de preços ao qual me referi como "cesta de preços aceitáveis" pode ser oriundo, por exemplo, de pesquisas junto a fornecedores, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos - inclusive aqueles constantes no Comprasnet -, valores registrados em atas de SRP, entre outras fontes disponíveis tanto para os gestores como para os órgãos de controle - a exemplo de compras/contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes àquelas da Administração Pública -, desde que, com relação a qualquer das fontes utilizadas, sejam expurgados os valores que, manifestamente, não representem a realidade do mercado".

Segundo o TCU, o que se espera, portanto, é que a pesquisa de preços seja realizada com amplitude suficiente (Acórdão TCU 2637/2015-P), proporcional ao risco da compra, privilegiando a diretriz emanada pelo art. 15 da Lei de Licitações, a fim de que o balizamento seja fundamentado nos preços praticados pela Administração Pública.

Nesse sentido, somente quando não for possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais é que a pesquisa pode se limitar a cotações de fornecedores (Acórdão TCU 2.531/2011-P).

No Parecer no 12/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF, a AGU reconheceu que até então havia uma lacuna normativa, pela ausência de regulamento a respeito da pesquisa de preços, sendo comum a jurisprudência indicar a necessidade de cotação com pelo menos três fornecedores.

Contudo, a IN no 05/2014 supriu essa lacuna, alterando o paradigma da metodologia, com o intuito de desburocratizar o procedimento da pesquisa de preços. Para a AGU, "os entendimentos anteriores à [IN] encontram-se superados, devendo o Administrador observar a nova sistemática".

O próprio TCU, no Acórdão 4.575/2014-2C, já recomendou a aplicação da IN no 05/2014.

E esta Instrução Normativa prevê a possibilidade de usar apenas um dos parâmetros para estimar o preço de referência, quando a fonte da informação for o sistema de compras do Governo Federal, o Comprasnet. Se baseada no Comprasnet, a pesquisa pode se limitar a um único preço.

É juridicamente viável a eleição de apenas um dos parâmetros para a formação do preço estimado da contratação, conforme estabelecido pelo artigo 2º da IN no 05/2014-SLTI/MP, restando, portanto, superada a lacuna legislativa no tocante a metodologia utilizada para a formação do preço estimado (Parecer no 12/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU)

Os órgãos de controle tem demonstrado grande preocupação quando o assunto é a pesquisa de preços para elaboração de orçamento estimativo da licitação, de forma a refletir os valores de mercado.

A realidade não se mostra diversa quando o assunto é tratado no âmbito da Administração Pública Municipal, onde os orçamentos são elaborados e fornecidos por potenciais licitantes da localidade e que por muitas vezes possuem interesse direto em participar daquele certame, o que torna a confiabilidade do orçamento frágil e duvidosa.

É nessa linha que o TCU, o Tribunal de Contas de Mato Grosso e recentemente o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará - TCM, vem modificando o entendimento já pacificado, para adotar uma nova postura na busca pela elaboração de uma estimativa de preços que assegure credibilidade aos valores pesquisados.

É certo que a razão para a obtenção de "no mínimo, 03 (três) propostas válidas" adveio exclusivamente do entendimento reiterado pelo TCU de forma que poderia se mostrar razoável e adequada à época de seu surgimento, entretanto, a realidade das aquisições públicas tem imposto modificações de forma a buscar aceitável confiabilidade nos preços pesquisados.

Partindo dessa visão é que os órgãos de controle deverão considerar que a quantidade de orçamentos deverá dar lugar a qualidade da pesquisa de preço praticada no âmbito da Administração Pública, por meio de ações de treinamento e capacitação dos servidores para formação da estimativa de preços, bem como pela utilização das diversas fontes de consulta.

Nesse norte, a jurisprudência do TCU vem implantando o conceito de que a pesquisa de preço, como forma de alcançar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, deverá utilizar outras fontes de informação para analisar os valores praticados no mercado:

Acórdão 1445/2015 Plenário

Licitação. Orçamento estimativo. Fontes de pesquisa.

Na elaboração do orçamento estimativo de licitação, bem como na demonstração da vantajosidade de eventual prorrogação de contrato, devem ser utilizadas fontes diversificadas de pesquisa de preços. Devem ser priorizadas consultas ao Portal de Compras Governamentais e a



CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE
PESQUISA DE PREÇO Nº 202107010002 | IP: 45.70.251.28

contratações similares de outros entes públicos, em detrimento de pesquisas com fornecedores, publicadas em mídias especializadas ou em sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, cuja adoção deve ser tida como prática subsidiária.

Da mesma forma, o TCE/MT – Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, em outras oportunidades apresentou entendimento quanto à fragilidade da utilização única dos 03 (três) orçamentos na elaboração da pesquisa de preço, impondo como condicionante à Administração a necessidade de utilização de outras fontes no balizamento de preços:

274. É obrigatória a realização de cotação de preços nos casos de contratação direta?

Sim. Nos processos de inexigibilidade e dispensa de licitação, deve - se justificar o preço, nos termos do art. 26 da Lei no 8.666/1993, por meio de pesquisa de preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, pelos preços fixados por órgão oficial competente, ou, ainda, por aqueles constantes de sistemas de registro de preços.

O balizamento também pode ser efetuado por meio de pesquisa de preços com, no mínimo, três propostas válidas para justificar a compatibilidade do preço oferecido pelo fornecedor com aquele vigente no mercado, desde que conjugado com as demais fontes de informação (3a Edição da orientação "Perguntas frequentes e respostas aos fiscalizados".

Evoluindo no entendimento estampado na jurisprudência o TCM/CE – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará no Processo de natureza normativa/consultiva no 2013.FOR.CON.03741/13, apresentou entendimento quanto a legalidade das pesquisas de preços via internet, o que demonstra a fragilidade da pesquisa única com três fornecedores, impondo à administração pública a utilização de outras fontes:

Nas cotações/orçamentos retirados da INTERNET deverão constar os endereços eletrônicos do qual foram retirados, caracterização completa das empresas consultadas (endereço completo, acompanhado de telefones existentes), a fim de resguardar a transparência e legalidade dos procedimentos administrativos, indicação dos valores praticados de maneira fundamentada e detalhada, não deverá ser admitida a cotação que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, data e local de expedição, deverá informar o prazo limite e ainda caberá ao fornecedor submeter-se às normas da Lei de Licitações.

Assim, no âmbito do Tribunal de Contas da união a pesquisa de preço em fontes que possam demonstrar os preços reais de mercado, vem ganhando força como meio de evitar possíveis prejuízos na ocorrência de sobrepreço ou superfaturamento:

Licitação. Aquisição de medicamentos. Preços de referência.

1. As compras públicas de medicamentos devem ser balizadas pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública (art. 15, V, da Lei no 8.666/93), tendo por fim a **adequação da estimativa de preços aos praticados no mercado, sob pena de a Administração incorrer em superfaturamento de preços com prejuízo ao erário.**

2. Nas aquisições de medicamentos a Administração deve observar ainda os preços máximos e critérios fixados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED/Anvisa), além de utilizar como referência os preços praticados no âmbito da administração pública.

Portanto, fica patente que a pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, mas deve considerar o conjunto de preços aceitáveis: preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária.

Diante do exposto, apresentamos nossa pesquisa de preços obtida no(s) endereço(s) eletrônico(s): <https://www.tce.ce.gov.br/>

Pentecoste / CE, 1 de Julho de 2021


ANTONIO LEONARDO SALES DOS SANTOS BARROS

PRESIDENTE DA CPL



Estado do Ceará
CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS



Proposta- 01/2021

Ilmo. Sr(a).

Câmara Municipal de Pentecoste Ceará

CONTRATO

Por este instrumento particular de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA celebrado entre:

CLIENTE

CAMÂMRA MUNICIPAL DE PENTECOSTE, portador (a) do CNPJ nº 23.489.917/0001-05, situada na Rua Dr. Moreira, nº 352, Centro – Pentecoste-CE.

PROFISSIONAIS

Edinaldo da Silva Azevedo, Engenheiro Civil, portador do RG nº 2003031080087, CPF nº 014.413.923-51 e Registro Profissional nº 0607803860, residente na Rua Senador Pompeu no Edifício Praça da Luz, nº 2610 – Apartamento 804, bairro Benfica, Fortaleza-CE.

1. OBJETO

Proposta para elaboração de planilhas orçamentárias, memorial descritivo e projetos complementares de engenharia (Instalações hidros sanitárias, elétricas e estrutural) da construção e ampliação da Câmara Municipal de Pentecoste, com a construção de gabinetes dos vereadores, situado na Rua Dr. Moreira, nº 352, Centro – Pentecoste-CE.

2. SOLICITAÇÕES DA CLIENTE E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A presente proposta compreende as seguintes etapas:

2.1. Etapas de trabalho:

- Concepção/ Projeto Complementares:


Edinaldo da Silva Azevedo
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-CE 44465-D



1ª etapa - estudo preliminar (EP):

Etapa destinada à concepção e à representação do conjunto de informações técnicas iniciais e aproximadas, necessários à compreensão da configuração da edificação, podendo incluir soluções alternativas, após o recebimento do projeto arquitetônico pelo Arquiteto responsável.

2ª etapa - anteprojeto (AP):

Etapa destinada à concepção e à representação das informações técnicas provisórias de detalhamento do projeto e de seus elementos, instalações elétricas, hidros sanitárias, orçamento e memorial descritivo, necessárias ao inter-relacionamento das atividades técnicas de projeto e suficientes à elaboração de estimativas aproximadas de custos e de prazos dos serviços de obra implicados.

3ª etapa - projeto para execução (PE):

Etapa destinada à concepção e à representação final das informações técnicas do projeto e de seus elementos, instalações, elaboração da planilha orçamentária e memorial descritivo, definitivas, necessárias e suficientes à contratação (ou licitação) e à execução dos serviços de obra correspondentes.

2.2. Avaliação e aceitação das etapas de trabalho

2.2.1. Os documentos resultantes de cada etapa de trabalho serão entregues ao proprietário ou preposto em via impressa e/ou em meio magnético;

2.2.2. Os documentos avaliados serão devolvidos em via devidamente comentada pelo proprietário ou preposto e/ou por meio magnético;

2.2.3. Os documentos avaliados deverão ser reformulados pelos projetistas, de acordo com as alterações pactuadas e submetidos à nova avaliação, seguindo o mesmo


Edinaldo da Silva Azevedo
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-CE 44465-D



procedimento anterior, até o atingimento dos objetivos gerais e específicos definidos no levantamento de dados.

3.0. FORMA DE APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

3.1. Os documentos serão entregues:

3.1.1. Em arquivos de leitura (não editáveis) gerados em computador, gravados em CD's ou enviados ao CONTRATANTE pela internet. Caso o contratante necessitar de arquivos editáveis, o que possibilitará a compatibilidade e aproveitamento das informações por qualquer outro escritório que venha a fazer uso deles;

3.1.2. Em uma via impressa em formatos diversos

4.0. VALOR DOS SERVIÇOS E FORMA DE PAGAMENTO:

Elaboração de planilhas orçamentárias, BDI, memoriais descritivos, projetos complementares de engenharia (Instalações hidrossanitárias, elétricas, estrutural):

Valor Total R\$: 3.800 (Três mil e oitocentos reais).

Pagamento á vista

4.1. Observações:

4.1.1. No valor referido estão embutidos os impostos referentes à emissão de nota fiscal de prestação de serviços e emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica- ART no CREA;

5.0. PRAZOS:

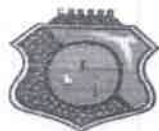
1ª etapa - estudos preliminares: 5 dias a partir da assinatura deste;

2ª etapa - anteprojeto: 10 dias após a entrega dos estudos preliminares;

3ª etapa - projeto para execução: 20 dias após a entrega do anteprojeto.

Pentecoste, 30 de junho de 2021


Edinaldo da Silva Azevedo
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-CE 44465-D



Estado do Ceará
CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE



ANEXO III

DOCUMENTAÇÃO

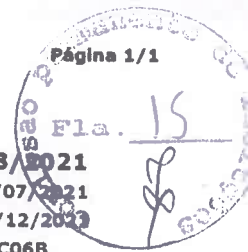


CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-CE

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

Nº 244208/2021
Emissão: 01/07/2021
Validade: 31/12/2023
Chave: aC08B



CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-CE.

Interessado(a)

Profissional: EDINALDO DA SILVA AZEVEDO
Registro: 0607803860
CPF: 014.413.923-51

Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO
Data de registro: 06/10/2009

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: O DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DO ARTIGO 7º DA RESOLUÇÃO Nº218, DE 29/06/1973, DO CONFEA.
Data de Formação: 06/03/2009

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Documento válido em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)

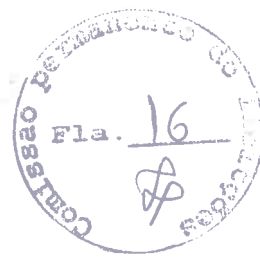
Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: CASA CIVIL
Registro: 0010370544
CNPJ: 09.469.891/0001-02
Data Início: 24/11/2016
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: QUADRO TÉCNICO





República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional Registro Nacional
060780386-0

Nome
EDINALDO DA SILVA AZEVEDO

Filiação
PEDRO AZEVEDO DE JESUS
MARIA AUXILIADORA DA SILVA

C.P.F. **Documento de Identidade** **Tipo Sang.**
014.413.923-51 2003031080087 SSPCE

Nascimento **Naturalidade** **UF** **Nacionalidade**
09/07/1985 MUCAMBO CE BRASILEIRA

Crea de Registro **Emissão** **Data de Registro**
CREA-CE 22/06/2015 06/10/2009

Ass. Presidente **Registro no Crea**
44465

Titulo Profissional
Engenheiro Civil

Ass. do Profissional
Edinaldo da Silva Azevedo

Valido em todo o Território Nacional

Valo como Documento de Identidade e tem Fé Pública (52ª de art. 58 da Lei nº 6184 de 24/12/68 e Lei nº 8208 de 07/05/75)



**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Certidão Nº 2021/110397

CPF/CNPJ: 014.413.923-51

Nome ou Razão Social: EDINALDO DA SILVA AZEVEDO

Endereço: R PDE CONSTANTINO 33 706T-2 JACARECANGA CEP 60310-400

Certificamos, para os devidos fins que o requerente acima qualificado, possui:

Obrigação(ões) Tributária(s) Não vencida(s)

Conforme disposto no artigo 206 da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 - CTN este documento produz os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais por existirem débitos somente nas condições especificadas.

Fortaleza, 25 de Maio de 2021 (11:57:15)

Certidão expedida gratuitamente com base no decreto 13.716, de 22 de dezembro de 2015.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço eletrônico da Secretaria Municipal das Finanças - SEFIN em www.sefin.fortaleza.ce.gov.br.

Válida até 22/10/2021

Certidão com prazo prorrogado conforme Art. 1º, Inciso II, do decreto No 14.953, de 24 de março de 2021.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **EDINALDO DA SILVA AZEVEDO**
CPF: **014.413.923-51**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 06:38:53 do dia 09/01/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/07/2021.

Código de controle da certidão: **D1AC.D6A4.ECA1.4375**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EDINALDO DA SILVA AZEVEDO

CPF: 014.413.923-51

Certidão nº: 16508570/2021

Expedição: 25/05/2021, às 11:46:19

Validade: 20/11/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EDINALDO DA SILVA AZEVEDO**, inscrito(a) no CPF sob o nº 014.413.923-51, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado



Certidão Negativa de Débitos Estaduais
202105375000

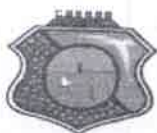
Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 01441392351
RAZÃO SOCIAL: *****

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 25/05/2021 ÀS 11:55:36
VÁLIDA ATÉ 24/07/2021

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sefaz.ce.gov.br



Estado do Ceará
CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE



ORDEM DE SERVIÇO

TERMO DE CONTRATAÇÃO Nº 2021.07.01.02-CMP

A CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE representada por: Antonia Valdelice Braga Firmiano Pessoa, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no presente Processo. VEM AUTORIZAR, por intermédio do presente **despacho EDINALDO DA SILVA AZEVEDO**, inscrito no CPF: sob o nº 014.413.923-51, a executar o objeto de acordo com o descrito a seguir:

Objeto:	CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL ENGENHEIRO CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO DE ENGENHARIA, DESTINADO A CONTRUÇÃO DE ANEXO A CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE, COMPREENDENDO A CONTRUÇÃO DE 13 GABINETES DOS VEREADORES, COM LAVABO, BANHEIRO PCD E BANHEIRO SOCIAL BEM COMO, ACOMPANHAMENTO E FICALIZAÇÃO DA OBRA.
Valor total:	R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).
Prazo:	35 (trinta e cinco) dias
Forma de Pagamento:	De acordo com a execução do serviço

Notifique-se o interessado.

Pentecoste-CE, 01 de julho de 2021.


CÂMARA MUNICIPAL DE PENTECOSTE
Antonia Valdelice Braga Firmiano